

## **A ofensiva antigênero e os ataques às pesquisas no campo das humanidades: retomada da caça às bruxas?**

Marciano Antonio da Silva<sup>1</sup>, Allene Carvalho Lage<sup>2</sup>

### **Resumo**

Neste ensaio tecemos algumas reflexões acerca dos tensionamentos ocasionados pela ofensiva antigênero no contexto brasileiro, principalmente, no que se refere aos ataques e perseguições às pesquisas e pesquisadores/as que investigam as temáticas de gênero e sexualidade no campo das humanidades. Consideramos que o debate em torno dessas questões surge enquanto uma pauta urgente na contemporaneidade, uma vez que esse movimento de caráter neoconservador e religioso busca reter avanços no campo dos direitos sexuais, reprodutivos e na implementação de políticas públicas voltadas às mulheres, pessoas não heterossexuais e outros dissidentes da ordem sexual e/ou de gênero. Dessa ótica, sinalizamos a necessidade de constituirmos estratégias políticas e pedagógicas de enfrentamento às práticas lgbtfóbicas, sexistas, machistas, dentre tantas outras violações que ainda são reproduzidas no âmbito da sociedade.

### **Palavras-chave**

Ofensiva antigênero. Gênero e sexualidade. Humanidades.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação na Universidade Federal de Pernambuco, Brasil; membro do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina (UFPE/CNPq). E-mail: marcianoantoniosilva@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra, Portugal; estágio pós-doutoral em Direitos Humanos na Universidade Federal de Pernambuco e em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil; professora associada da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil; coordenadora do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina da (UFPE/CAA). E-mail: allenelage@yahoo.com.br.

## **The anti-gender offensive and attacks on research in the field of humanities: a follow-up on the witch hunt?**

Marciano Antonio da Silva<sup>3</sup>, Allene Carvalho Lage<sup>4</sup>

### **Abstract**

In this essay we make some reflections about the tensions caused by the anti-gender offensive in the Brazilian context, mainly with regard to attacks and persecutions against research and researchers who investigate gender and sexuality issues in the field of humanities. We consider that the debate around these issues emerges as an urgent agenda in contemporary times, since this neoconservative and religious movement seeks to impair advances in the field of sexual and reproductive rights and in the implementation of public policies focused on women, non-heterosexual people, and other dissidents of the sexual and/or gender order. From this point of view, we point out the need to establish political and pedagogical strategies to face lgbtphobic and/or sexist practices, among many other violations that are still reproduced within society.

### **Keywords**

Anti-gender offensive. Gender and sexuality. Humanities.

---

<sup>3</sup> PhD student in Education, Federal University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil; member of the Research Group on Social Movements, Education and Diversity in Latin America (UFPE/CNPq). E-mail: marcianoantoniosilva@gmail.com.

<sup>4</sup> PhD in Sociology, University of Coimbra, Portugal; postdoctoral internship in Human Rights, Federal University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil; and in Education, Federal University of Rio Grande do Sul, State of Rio Grande do Sul, Brazil; associate professor at the Federal University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil; coordinator of the Observatory of Social Movements in Latin America (UFPE/CAA). E-mail: allene Lage@yahoo.com.br.

## Introdução

A guerra agora está declarada. Ou será que, em algum momento, se acreditou que a guerra não existia? Faça esta pergunta para uma mulher negra da periferia e provavelmente terá como resposta que a paz é um luxo.

Berenice Bento

## Queimem a bruxa!<sup>5</sup>

O uso da expressão “queimem a bruxa”, quase sempre, tem sido utilizado para contextualizar o período da Idade Média, mais conhecido como Inquisição ou “caça às bruxas”. Situado na Europa, entre os séculos 11 e 18, esse período foi marcado pelo domínio da Igreja Católica, a qual detinha muito poder ideológico, político e, principalmente, econômico. Outro fator que marca essa época consiste na perseguição e sentença de morte destinada às mulheres – nomeadas popularmente de bruxas – que se distanciavam dos dogmas impostos pela Igreja Católica (CAMPOS, 2003).

Entretanto, no curso desse ensaio, recorreremos à respectiva frase para refletir acerca de um fenômeno que vem ocorrendo na atualidade, sobretudo, no contexto brasileiro. Trata-se, pois, dos ataques e/ou perseguições às pesquisas e pesquisadores/as que investigam as temáticas de gênero e sexualidade; uma verdadeira caça às bruxas. Contudo, ressaltamos que esse fato não se caracteriza enquanto um fenômeno local, mas transnacional, podendo ser constatado em diversos países de todos os continentes (MISKOLCI; CAMPANA, 2017; MISKOLCI, 2018; CORRÊA, 2018; JUNQUEIRA, 2019).

Observamos também que tais perseguições surgem em paralelo ao crescimento exponencial das pesquisas que versam sobre gênero no contexto brasileiro, sobretudo, nos últimos 10 anos, conforme explicitado pela organização Gênero e número<sup>6</sup>. De acordo com os dados apresentados, no Brasil há aproximadamente 358 grupos em instituições de ensino que vêm realizando trabalhos com as questões de gênero na área de Humanas e também das Ciências Sociais Aplicadas (FERREIRA, 2019). Apesar disso, a continuidade dessas

---

<sup>5</sup> De acordo com Christiane Campos (2003, p. 86), a Igreja Católica nomeou bruxas as mulheres que “praticavam a chamada medicina popular: curandeiras, parteiras, pessoas que faziam uso da magia, conhecedoras de ervas. Também as mulheres que buscavam se aprofundar no conhecimento do corpo [...]. Poetisas, filósofas, enfim intelectuais. Mulheres que tentavam participar da política. Mulheres que ousavam ter uma sexualidade mais livre”.

<sup>6</sup> Primeira organização de mídia no Brasil orientada por dados para qualificar o debate sobre equidade de gênero.

pesquisas tem sido constantemente ameaçada, uma vez que a ofensiva antigênero tem gerado um pânico moral em torno desse tema.

Liderada por segmentos de ordem religiosa e grupos neoconservadores, tal ofensiva surge enquanto uma tentativa de reter o avanço no campo dos direitos sexuais, reprodutivos, bem como a implementação de políticas públicas voltadas às mulheres, pessoas não heterossexuais e outros dissidentes da ordem sexual e/ou de gênero (MISKOLCI; CAMPANA, 2017; JUNQUEIRA, 2019). No âmbito acadêmico, sua atuação tem consistido especialmente na disseminação de uma rede de *fake news* em torno desse campo temático, deturpação das pesquisas realizadas em universidades públicas e perseguição aos/às pesquisadores/as que investigam tais temas.

Ao discorrer acerca desses acontecimentos, a pesquisadora Marlise Matos, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher, da Universidade Federal de Minas Gerais (NEPEM/UFMG), sinalizou para a existência de certa preocupação com relação ao andamento das pesquisas realizadas nesse campo discursivo. Segundo Matos (*apud* FERREIRA, 2019), um dos principais agravantes no contexto brasileiro tem sido a interferência do atual governo, o qual não apenas tem dificultado a realização desses estudos, como também tem contribuído para a proliferação das *fake news*.<sup>7</sup> Diante disso, a pesquisadora explica:

Há um consenso do conservadorismo em entender o tema como algo ameaçador. O que estamos vivendo é uma caça às bruxas, e é um retrocesso. Eu acho preocupante, sem dúvidas, e por isso é necessária uma maior articulação para reagir e reforçar a necessidade desses estudos. Precisamos de articulação para não correr o risco de perder o espaço já conquistado. (MATOS *apud* FERREIRA, 2019, não paginado).

Os apontamentos de Matos (*apud* FERREIRA 2019) sinalizam não apenas os retrocessos ocorridos nos últimos anos, mas também a necessidade de constituirmos práticas de resistências/enfrentamentos. Isso porque, como bem disse Bento (2017), não podemos mais esperar uma grande revolução, dado que “estamos disputando tudo. O banheiro, o aborto, o direito ao corpo, o short, não usar sutiã, o nome social para pessoas trans, a cirurgia

---

<sup>7</sup> Nas considerações de Maranhão, Coelho e Dias (2018), o advento da chegada de Jair Bolsonaro à presidência da república pode ser atribuído à constante “[...] veiculação de notícias inverídicas em redes sociais como o *WhatsApp*, *Twitter* e *Facebook* sobre temas como ‘kit gay’ e ‘ideologia de gênero’, objetivando causar um sentimento de terror social pelo suposto extermínio da ‘família tradicional brasileira’” (MARANHÃO; COELHO; DIAS, 2018, p. 67) .

de transgenitalização. O corpo é nosso campo de batalha e entendemos que há uma ligação indissociável entre as marcas do corpo e o mercado” (BENTO, 2017, não paginado).

Em meio a esse cenário nefasto, recordamos um dos casos de maior notoriedade nos últimos tempos: a passagem da filósofa norte-americana Judith Butler – uma das principais referências nos estudos de gênero na atualidade – ao Brasil no ano de 2017.<sup>8</sup> Aos gritos de “queimem a bruxa!”, Butler foi recepcionada no aeroporto de Congonhas por um grupo de manifestantes raivosos/as que esbravejavam discursos de ódio em torno da intelectual. Naquela ocasião, uma efígie da filósofa também foi queimada em alusão às bruxas que foram mortas nas fogueiras da Inquisição.

O respectivo acontecimento revela que a caça às bruxas não se encerrou com o fim da Idade Média, uma vez que de tempos em tempos localizamos episódios como o ocorrido com a filósofa norte-americana. Observamos também que, embora os discursos tenham se modernizado ao longo da história, as práticas permaneceram assegurando a mesma lógica, nas quais aqueles/as que fogem aos padrões normatizados são punidos pelas instâncias conservadoras da sociedade. Logo, podemos afirmar sem nenhum receio que não se trata de uma retomada à caça às bruxas, mas a continuidade dela, pois elas nunca deixaram de existir.

Episódios dessa natureza não apenas chocam toda a comunidade científica, como também alertam os riscos que são postos ao regime democrático, uma vez que a liberdade de expressão não está sendo assegurada. Com base nos últimos ocorridos, Flávia Biroli (2015) ressalta que, embora esses grupos se digam contra uma determinada “ideologia”, seu real interesse consiste em frear e/ou interromper a consolidação dos valores básicos à democracia. Portanto, desvelar os reais interesses em torno desses ataques deve ser compreendido enquanto tarefa essencial para a continuidade das vias democráticas e a garantia dos direitos civis, sobretudo, daqueles/as que historicamente estiveram às margens das políticas de inclusão.

Nesse sentido, ao passo em que defendemos um projeto de sociedade fundamentado numa política de reconhecimento à diversidade de gênero, raça, classe social e etnia, enxergamos também os inúmeros desafios que atravessam sua implantação. Nesta esteira, ao refletir acerca do episódio ocorrido com a filósofa Judith Butler em território brasileiro, Berenice Bento, professora do departamento de Sociologia da UnB e pesquisadora no campo dos estudos sobre gênero e sexualidade, teceu as seguintes considerações:

---

<sup>8</sup> Lembramos que a passagem de Judith Butler pelo Brasil ocorria devido à sua participação no seminário Os fins da democracia, organizado pelo Sesc Pompeia.

Como é possível que se acredite que em uma nação construída tendo como fundamento a violência, pode se dar ao luxo de resolver seus dilemas pela via civilizatória do voto? Isso é pior que história da carochinha! Foram quase 400 anos de escravidão. Nada está resolvido. A ferida está aberta. Somos filhos e filhas da violência. (BENTO, 2017, não paginado).

Concordamos com Bento (2017); nada está resolvido, a ferida mais do que nunca está aberta. Arriscaria dizer que longe de ser cicatrizada, principalmente após o golpe de 2016, que culminou no *impeachment* da Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar a Presidência da República. Dessa ferida jorra um sangue que tem cor, gênero, raça, classe social e etnia, dado que tem sido em sua maioria a população preta, LGBTQIA+, periférica, indígena e quilombola do país a que mais tem sofrido com a política de morte implantada pelo Estado<sup>9</sup>.

Os desencadeamentos ocorridos nos últimos tempos revelam que as violências persistem, ocasionando inúmeros problemas na esfera social. Ao mesmo tempo, expõem que “o problema não é a filósofa, somos nós: feministas, trasviad@s, bichas, travestis, transexuais” (BENTO, 2017, não paginado). O ódio disseminado não é contra a figura de Butler, mas em oposição a tudo o que ela representa, principalmente, no que se refere ao reconhecimento das identidades dissidentes, às lutas que emergem das reivindicações das mulheres, dentre tantos outros feitos alcançados nas últimas décadas.

Imersa nesse campo de disputas e tomando como ponto de partida os acontecimentos que subscreveram sua passagem pelo Brasil, Butler (2017) teceu as seguintes considerações: “Aquele gesto simbólico de queimar minha imagem transmitiu uma mensagem aterrorizante e ameaçadora para todos que acreditam na igualdade das mulheres e no direito de mulheres, gays e lésbicas, pessoas trans e travestis serem protegidos contra violência e assassinato” (BUTLER, 2017, não paginado). Concordamos com Butler (2017) de que a mensagem de ódio e ameaça veiculada naquele momento não tinha um destinatário único – ainda que se utilizassem da figura da filósofa. Tratava-se, na verdade, de um aviso a todos/as aqueles/as que comungam do seu pensamento.

---

<sup>9</sup> Ao observar esse sistema de eliminação do/a outro/a, Bento (2018) nos fala da existência de um necrobiopoder, em que “o desejo é pela eliminação sistemática daqueles corpos que poluem a pureza de uma nação imaginada, um tipo de ‘correia de transmissão’ de uma Europa também imaginada: branca, racional, cristã, heterossexual. A negação do Outro não se transfigura em afirmação em momento algum, sendo, portanto, impensável atribuir aos corpos desse Outro qualquer qualidade que produzisse um campo de intersecção com o ‘eu’”.

## **A emergência do debate sobre gênero e sexualidade: afinal, o que estamos disputando?**

Desde o processo de redemocratização brasileira, nunca havia se discutido tanto temas como gênero, feminismos, masculinidades, LGBTQIA+, direitos sexuais e reprodutivos como tem ocorrido atualmente. A efervescência desse debate traz à tona questões que durante muito tempo estiveram renegadas no âmbito das discussões políticas, acadêmicas e/ou sociais. Por outro lado, reafirma um compromisso ético, político e pedagógico com aqueles/as que se encontram imersos nos processos de invisibilização, marginalização e/ou subalternização.

Nesse processo, constatamos também a produção de um conhecimento outro, distante dos cânones hegemônicos que tradicionalmente determinaram quais conhecimentos eram credíveis de serem discutidos na Academia. Sob esse ponto de vista, Jane Felipe (2007) destaca que as produções em torno do conceito de gênero “como ferramenta teórica e política na reflexão a respeito das subalternidades vêm abalando certezas tão firmemente alicerçadas em torno das diferenças biológicas, que serviram durante muito tempo para justificar as desigualdades entre homens e mulheres” (FELIPE, 2007, p. 78).

Consideramos que o despertar em torno dessas questões decorre de uma série de fatores, dentre os quais poderíamos destacar: (i) a eclosão dos movimentos sociais e/ou coletivos LGBTQIA+ nas últimas décadas; (ii) as ações protagonizadas por organizações da sociedade civil em defesa dos direitos humanos e dos direitos sexuais e reprodutivos; (iii) a crescente difusão dos estudos sobre gênero e sexualidade na Academia. Pois bem, no que concerne ao último tópico, percebemos que sua ampliação tem contribuído desde o processo de reconhecimento das identidades outras até a denúncia dos processos de exclusão e violência impostos pela lógica heterossexista. Partindo desses pressupostos, Biroli (2015, não paginado) destaca que:

Os estudos de gênero, presentes em diferentes universidades e países do mundo, expõem não apenas essa diversidade, mas o caráter autoritário e coercivo de códigos morais baseados no que seria a realidade incontornável da natureza humana – nesse caso, do sexo biológico. Esses códigos permitem colocar os indivíduos em hierarquias, fazendo com que alguns mereçam respeito, outros não. As experiências de tantas pessoas, seus afetos e os valores que fazem delas quem são concretamente são diminuídos e estigmatizados por não coincidirem com o que teria sido determinado como correto pela “natureza” e/ou por textos de caráter religioso.

Compactuamos com os apontamentos de Biroli (2015), uma vez que os estudos de gênero nos oferecem lentes para interpretar a realidade. Seu entrelaçamento com o campo da

educação, por exemplo, tem possibilitado ampliar um olhar em torno das relações constituídas nesse território, bem como desconstruir os discursos fundamentados em concepções arcaicas. Ao tratar da educação escolar, Felipe (2007) realça a necessidade de incorporarmos uma atenção para as instituições de ensino, haja vista que se trata de importantes espaços de convivência social, que desempenham um relevante papel na produção e reprodução das expectativas em torno dos gêneros e das identidades sexuais.

Nesse sentido, acreditamos que a utilização do gênero enquanto categoria analítica avança na superação dos limites das teorias gerais, uma vez que essas últimas se utilizam das formulações baseadas em explicações universais (SCOTT, 1995). No que tange ao campo da educação, as lentes teóricas dos estudos de gênero têm possibilitado analisar e ampliar uma compreensão em torno do fenômeno educativo, assim como caminhar para a desconstrução dos ideais essencialistas/binários que historicamente estiveram condicionando determinações fixas em torno do masculino e feminino.

Por essas razões, redirecionar a atenção em torno do contexto escolar surge enquanto uma exigência básica, visto que nessa instituição, “pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras” (LOURO, 1999, p. 31). Compreendendo tais questões, torna-se necessário reconhecer os efeitos produzidos por essas pedagogias da sexualidade, para, então, desmistificar as práticas que se encontram naturalizando as desigualdades.

É preciso sublinhar que as pesquisas que versam a partir da intersecção entre gênero e educação muito têm contribuído para a implementação de uma política de reconhecimento às identidades de gênero e sexuais, sobretudo, aquelas produzidas no contexto escolar. Para além disso, têm possibilitado forjar um conjunto de estratégias que apontam para o rompimento das violências que ainda são (re)produzidas na contemporaneidade. Outro fato consiste na multiplicidade de objetos de investigação sobre os quais esses estudos têm se debruçado, o que permite ampliar uma compreensão em torno desse campo discursivo.

Apesar disso, ao passo em que notamos uma série de avanços na conquista de direitos e implementação de importantes pautas, como o reconhecimento da diversidade de gênero e sexual, desmistificação dos constructos de base essencialista/biologizante, também constatamos tentativas de retrocesso em torno dessas questões. Esse movimento vem sendo liderado por grupos religiosos e da extrema direita, sob o pretexto de uma suposta proteção aos valores cristãos e defesa da família tradicional. Segundo Junqueira (2019, p. 17),

O ruidoso ataque dos cruzados defensores da primazia da “família natural” e da ordem moral e sexual tradicional frente a políticas educacionais e ações pedagógicas voltadas a promover o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a valorização do docente e a garantia da sua autonomia profissional, a formação para a cidadania – crítica e desafiadora, voltada a constituir sujeitos autônomos –, o reconhecimento da diversidade, o enfrentamento às desigualdades, o cultivo da ética democrática e a promoção dos direitos humanos e de práticas antidiscriminatórias representa uma ameaça concreta ao direito à educação e a todo processo de construção histórica de uma sociedade democrática.

Uma das táticas utilizadas por esses grupos reacionários consiste na proliferação de um pânico moral em torno das questões que tocam as temáticas de gênero e sexualidade, o que tem alimentado um discurso de ataques aos valores morais das “famílias tradicionais”. Outra estratégia muito utilizada, sobretudo durante a campanha de 2018 que culminou na eleição de Jair Bolsonaro, consiste na produção de uma rede de *fake news*, que vem incitando o ódio contra as pesquisas e pesquisadores/as que se debruçam sobre o tema. Convém destacar que sua atuação na esfera pública tem interferido diretamente na promoção e continuidade de políticas públicas voltadas ao trabalho com a diversidade (JUNQUEIRA, 2019; CORRÊA, 2018; MISKOLCI, 2018).

Em face desse contexto, na tentativa de identificar o comportamento, a atuação e as consequências engendradas a partir da atuação desses grupos em território brasileiro, Balieiro (2018) analisou alguns episódios protagonizados nos últimos anos. Suas considerações apontaram que, a partir do discurso de ameaça às crianças, esses grupos “conseguiram barrar iniciativas de combate à homofobia nas escolas, impedir o uso do termo gênero nos planos educacionais e até impedir ou cercear mostras artísticas com o tema das sexualidades diversas” (BALIEIRO, 2018, não paginado).

Mediante os apontamentos dos/as autores/as, percebemos que o pânico moral que assombra as ditas “famílias tradicionais” trata-se na verdade de um projeto promovido pelos setores conservadores da sociedade. Segundo Junqueira (2019), sua gênese se encontra no interior da Igreja Católica, sendo ele formulado em meados da década de 1990 e início dos anos 2000, “sob os desígnios do Pontifício Conselho para a Família e de conferências episcopais” (JUNQUEIRA, 2019, p. 2). Acerca disso, ao observar os desdobramentos gerados a partir daqueles/as que se dizem contra uma suposta “ideologia de gênero”, Miskolci (2018) pontua que

o espectro “ideologia de gênero” delimita um campo discursivo de ação que podemos reconhecer como unindo imaginariamente uma suposta ameaça de retorno do comunismo ao pensamento acadêmico feminista estabelecendo

um enquadramento da política em torno do medo de mudanças na ordem das relações entre homens e mulheres e, sobretudo, da extensão de direitos a homossexuais. (MISKOLCI, 2018, não paginado).

Uma das notáveis consequências empreendidas a partir da ação desses movimentos consiste na insistente perseguição, ameaças e discursos de ódio proferidos aos/às pesquisadores/as que investigam as temáticas de gênero e sexualidade, conforme já anunciado anteriormente. Cabe destacar que, para além do ocorrido com Judith Butler, no ano de 2018, Débora Diniz, pesquisadora e professora da UnB (Universidade de Brasília), denunciou as ameaças de morte sofridas em face da sua atuação a favor da descriminalização do aborto. Na ocasião, a intelectual recebeu ajuda do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do governo federal, necessitando sair do Brasil<sup>10</sup>.

Insistentemente, esses grupos reacionários têm construído táticas de demonização dos/as pesquisadores/as, numa evidente tentativa de desmoralizar/descrédibilizar sua imagem e consecutivamente suas pesquisas. Simultaneamente, os acusam de perversão, imoralidade, de querer acabar com os valores da família tradicional e/ou sexualizar as crianças. Segundo Miskolci (2018, não paginado),

Na visão desses grupos, homossexuais, mulheres, negros, entre outros/as devem ser nomeados, definidos e seus direitos restringidos pelas autoridades religiosas, psicológicas e políticas. Não é mero acaso que muitos entre eles persigam religiões afro-brasileiras, defendam a “cura gay” ou façam apologia da ditadura e da tortura.

É visível a defesa pela manutenção das lógicas hierárquicas que historicamente estiveram assegurando a continuidade dos processos de violência e subalternização em torno das experiências de mulheres, LGBTQIA+, negros/as, entre outras identidades dissidentes. Poder-se-ia falar na existência de uma espécie de “medo que faz do Outro um inimigo a ser combatido por supostas ‘pessoas de bem’, as quais têm agido performativamente como membros de uma espécie de cruzada moral” (MISKOLCI, 2018, s. p.).

De certo, a ofensiva antigênero – a partir de seu caráter transnacional – tem implantado um cenário de medo, ódio e violência em todos os países nos quais foi gestada. Com relação ao Brasil, notamos que esse regime ganhou ainda mais força a partir do ano de 2015 com a efervescência no cenário político e, consecutivamente, com o *impeachment* da

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/opiniao/the-guardian-ouve-debora-diniz-sobre-ameacas-de-morte-e-exilio/41672/>. Acesso em: 15 out. 2021.

presidenta Dilma Rousseff. Segundo Prado e Corrêa (2019), também podemos verificar no território brasileiro a existência de um

perfil católico-evangélico da ofensiva, mesmo quando a forte frequência do Vaticano, como mentor intelectual dessa cadeia discursiva, seja obscurecida pela estridência evangélica. Por outro lado, também é fundamental reconhecer a contribuição da participação de outras vozes religiosas como kardecistas e judeus de direita e de setores seculares, como os ditos liberais do Movimento Brasil Livre (MBL), juristas, médicos/as, professoras/es e políticos que não são necessariamente religiosos do qual um exemplo é o Escola sem Partido. (PRADO; CORRÊA, 2019, p. 445).

A ascensão desses setores conservadores da sociedade, quando acrescida da chegada de Jair Messias Bolsonaro ao cargo de Presidente da República, culmina num cenário de retrocessos às questões de gênero e sexualidade e ataques ao pensamento crítico. Vale lembrar que, durante a disputa eleitoral de 2018, o então candidato se utilizou de pautas sensacionalistas, como o combate à “ideologia de gênero” e “ditadura gay”, bem como sinalizava para a existência de um suposto “kit gay”, “mamadeira de piroca”, doutrinação de gênero, heterofobia, dentre outras tantas inverdades.

Desde então, Jair Bolsonaro vem promovendo uma série de ataques às universidades públicas e às pesquisas científicas, sobretudo, aquelas produzidas no campo das humanidades. Tal perseguição se materializa a partir dos sucessivos cortes no orçamento dessas instituições, bem como na ausência de financiamento às pesquisas. Neste ínterim, as investigações que abordam questões relacionadas aos temas de gênero e sexualidade têm sido um dos campos mais afetados.

### **“Como será o amanhã? Escreva quem souber”<sup>11</sup>: utopias para pensar a partir do agora**

Mesmo não sabendo como será o amanhã, como indaga o respectivo trecho da canção, ousamos escrever. Entretanto, nosso exercício de escrita não se propõe a desvendar o amanhã das pesquisas que versam sobre gênero e sexualidade, mais do que isso, somos movidos pela necessidade de compreender as adversidades que atravessam esse campo discursivo no momento atual. Acreditamos que a reflexão do presente apontará indícios para pensarmos o futuro, pois como bem ressalta Freire (2000), não há possibilidade de pensar o amanhã, seja ele próximo ou remoto, sem antes pensarmos o hoje.

---

<sup>11</sup> Trecho da música “O amanhã”, da cantora Simone. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/simone/83043/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

Ainda com base no referido autor, pensar o amanhã pode ser compreendido na condição de fazer uma profecia (FREIRE, 2000), não nos moldes convencionais, ou mesmo arcaicos, como se fosse um processo desprovido de certa inteligibilidade, sensatez. Isto porque, ao realizarmos esse movimento de reflexão, partimos de um conhecimento de mundo, de uma análise da realidade, a qual nos permite construir uma série de hipóteses acerca do fenômeno observado. Desta ótica, Freire (2000, p. 54) advoga:

o profeta é o que, fundado no que vive, no que vê, no que escuta, no que percebe, no que entende, a raiz do exercício de sua curiosidade epistemológica, atento aos sinais que procura compreender, apoiado na leitura do mundo e das palavras, antigas e novas, à base de quanto e como se expõe, tornando-se assim cada vez mais presença no mundo à altura de seu tempo, fala, quase adivinhando, na verdade, intuindo, do que pode ocorrer nesta ou naquela dimensão da experiência histórico-social.

Nesse sentido, embasados teórico-metodologicamente nesse exercício de curiosidade epistemológica proposto por Freire (2000), fomos guiados no curso desse ensaio pela tentativa de tecer algumas considerações acerca dos principais avanços e desafios que cercam as pesquisas de gênero e sexualidade. Acreditamos que esse movimento se faz necessário, uma vez que possibilita constituir um conjunto de estratégias políticas e pedagógicas de enfrentamento às práticas lgbtfóbicas, sexistas, machistas, dentre tantas outras violações que ainda são reproduzidas no âmbito da sociedade. Ainda assim, situar esse território constitui-se enquanto um movimento desafiador, uma vez que se trata de um campo conflituoso, marcado por disputas assimétricas. De um lado, podemos observar a existência de setores conservadores que defendem a continuidade dos arranjos sócio-históricos, culturais e de gênero; na contramão, notamos a atuação de movimentos/grupos/instituições que reivindicam uma justiça histórica para aqueles/as que sempre estiveram às margens da sociedade.

Desse modo, na tentativa de responder às problematizações lançadas nesse estudo, recuperamos o pensamento de Connell (1995). Tomando os processos de lutas forjados contra o sistema de opressão machista e patriarcal protagonizado pelos movimentos da década de 1970 nos Estados Unidos, Connell (1995) destacou que a mudança de pensamento sobre gênero conquistada por esses movimentos era algo irreversível, mesmo diante da tentativa de retrocessos empreendida pelos setores conservadores da época.

Trabalhando com essa ideia, acreditamos que os avanços alcançados a partir das discussões no campo acadêmico, bem como nas lutas e reivindicações que surgem no seio dos movimentos sociais, coletivos LGBTQIA+ e demais organizações que lutam em defesa da diversidade e afirmação dos direitos humanos, também podem ser compreendidos enquanto

algo irreversível. Convém, todavia, destacar que não estamos passíveis de ataques e/ou tentativas de retrocessos – como os ocorridos atualmente – mas que o alcance na forma como passamos a pensar o gênero e vivenciar as nossas práticas sexuais é algo inconvertível. Na confluência desses acontecimentos, Leite (2019, p. 138) destaca que

O contexto atual no Brasil exige cautela de todos nós. Mas tem sido bastante intrigante observar nesse momento, o mais difícil da história do Brasil pós-redemocratização, o quanto a sexualidade e as expressões de gênero das crianças e dos adolescentes assumem um papel central no confronto de racionalidades, moralidades e na política, bem como na expressão de projetos de sociedade. São poucas as certezas nesse momento, especialmente nesse campo de atuação. Não obstante, uma pista que pode ser útil é a constatação de que o estímulo às polarizações e às generalizações não é boa companhia.

Sem dúvidas, são poucas as certezas que temos nesse momento, dada a imprecisão da conjuntura política, da qual obtemos mais questionamentos do que propriamente respostas. Ainda assim, recordamos as desestabilizações que vêm sendo possíveis a partir das produções no campo acadêmico, assim como por meio dos enfrentamentos instituídos nas lutas forjadas pelos movimentos sociais, coletivos LGBTQIA+ e demais instituições que lutam em defesa da diversidade e dos direitos humanos. Como bem disse Freire (2000, p. 54, grifos do autor), assumir

o pensamento profético, que é também utópico, implica a **denúncia** de como estamos vivendo e o **anúncio** de como poderíamos viver. É um pensamento esperançoso, por isso mesmo [...] o pensamento profético não apenas fala do que pode vir, mas, falando de como está sendo a realidade, **denunciando-a, anuncia** um mundo melhor.

Partindo desse princípio proposto por Freire (2000), acreditamos que mesmo diante dos ataques e tentativas de retrocessos, os/as pesquisadores/as do campo do gênero e sexualidade permanecerão pesquisando, denunciando e reafirmando um compromisso ético, político e social com todas as existências. Na mesma medida, continuarão anunciando outras possibilidades de ser, existir e amar.

É preciso sublinhar também que, embora os avanços tenham sido bastante tímidos nos últimos tempos, conseguimos alcançar importantes pautas na busca pela garantia dos direitos. Portanto, acreditamos que, para além de reconhecidas, essas conquistas precisam também ser celebradas, uma vez que reacendem nossas utopias, nos fazendo esperar por um futuro mais justo e equitativo. Com isso, não estamos assumindo uma posição conformista ou

mesmo de passividade, mas revendo os desafios e avanços do presente para que possamos projetar o futuro.

Lutar por um novo projeto de sociedade implica adentrar esse território de disputas e assumir um comprometimento político com os nossos ideais. Tal noção fica explícita no pensamento de Bento (2017), quando a autora ressalta que “obrigamos os teólogos de gênero a saírem do armário e vir ao mundo público disputar posições sobre masculinidades e feminilidades e, ao fazer esse gesto político, nos dão razão: gênero não é um assunto bíblico ou biológico, diz respeito a projetos políticos” (BENTO, 2017, não paginado).

Concordamos com Bento (2017); as questões que cercam o gênero se encontram atravessadas, antes de tudo, por disputas políticas. São, pois, esses projetos que temos disputado e continuaremos disputando na arena social, nos espaços acadêmicos e nas mais diversas instituições, onde temos reivindicado o direito de viver. Para efeito, diríamos que permaneceremos nos posicionando, problematizando, até que toda existência seja reconhecida e respeitada. Sabidamente, Bento (2017, não paginado) pontua

Nós sabemos, eles/elas perderam o medo. E nós também. A luta de raças, de classe, de sexualidades e gêneros dissidentes virou manchete. Acabou aquela história de democracia racial, homofobia cordial, relações sociais pautadas na imagem de que aqui vivemos em paz. Acabou. Não tem mais como falar em uma Nova República. A farsa do contrato social, sexual, racial e de gênero está rasgada!

Em meio a esses engendramentos, seguiremos firmes nas trincheiras de luta, com os nossos propósitos cada vez mais vivos. Assim, “feministas, transfeministas, gays, bichas, lésbicas, com todas as nossas diferenças (felizmente) somos um exército à *la Brancaleone*, sem chefe, sem uma agenda centralizada, mas movidos/as por um desejo: tornar a vida vivível com justiça social para todos” (BENTO, 2017, não paginado).

Esperamos que esse ensaio impulse outros/as pesquisadores/as a insurgirem diante das tentativas de censura e silenciamento vivenciados na conjuntura atual. Mais que isso, desejamos que as reflexões tecidas sejam alimento para a manutenção das nossas utopias, nos fazendo esperar com um amanhã mais justo.

Por ora, fiquemos com um trecho da canção de Linn da Quebrada: “Não queimem as bruxas / Mas que amem as bixas, mas que amem / Que amem, clamem, que amem”<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Trecho da música “Oração”, da Linn da Quebrada. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/mc-linn-da-quebrada/linn-da-quebrada/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

## Referências

BALIEIRO, F. F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018. Doi: 10.1590/18094449201800530006. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653414>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BENTO, B. Afeto, Butler e os neoTFPistas. **Revista CULT**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/afeto-judith-butler-neotfpistas/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018. Doi: 10.1590/18094449201800530005. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BIROLI, F. A “Ideologia de gênero” e as ameaças à democracia. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/06/26/a-ideologia-de-genero-e-as-ameacas-a-democracia/>. Acesso em: 6 dez. 2021.

BUTLER, J. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil.

**Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 nov. 2017. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CAMPOS, C. Desvendando símbolos e significados. *In: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA - MST. Construindo Novas Relações de Gênero: desafiando relações de poder*. Brasília: Ministério do Trabalho e do Emprego, 2005, 110 p.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725>. Acesso em: 6 dez. 2021.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**,

Campinas, n. 53, 2018. Doi: 10.1590/18094449201800530001. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653407>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FELIPE, J. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação:

possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 77-87, maio/ago. 2007. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643546>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FERREIRA, L. No Brasil, pesquisas sobre gênero ganham força nos últimos 10 anos, mas professores já falam sobre “caça às bruxas”. **Gênero e Número**, Rio de Janeiro, 24 jan. 2019. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/grupos-genero-caca-bruxas/>.

Acesso em: 10 nov. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Pedagogia-da-indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

JUNQUEIRA, R. D. Ideologia de gênero: uma ofensiva reacionária transnacional. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 1-22, 2019. Disponível em: [https://www.koinonia.org.br/tpdigital/uploads/Ideologia-de-Genero-KN\\_out\\_2018.pdf](https://www.koinonia.org.br/tpdigital/uploads/Ideologia-de-Genero-KN_out_2018.pdf). Acesso em: 10 ago. 2021.

LEITE, V. “Em defesa das crianças e da família”: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 119-142, ago. 2019. Doi: 10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/Cc68BmV888KZbTkjwjr495M/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2022.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MARANHÃO FILHO, E. M. A.; COELHO, F. M. F.; DIAS, T. B. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Correlatio**, São Paulo, v. 17, n. 2, dez. 2018. Doi: 10.15603/1677-2644/correlatio.v17n2p65-90. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/COR/article/viewFile/9299/6568>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-747, set./dez. 2017. Doi: 10.1590/s0102-69922017.3203008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/7719>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018. Doi: 10.1590/18094449201800530002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653409>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PRADO, M. A. M.; CORREA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a03.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 15 nov. 2021.

Submetido em 13 de março de 2022.

Aprovado em 25 de maio de 2022.